

Brasil, opção nº 1

Para o presidente da Câmara Americana, isso não é uma utopia. Alguns

MIA

Brasil

JORNAL DA TARDE — 19

dos investidores?

passos importantes já foram dados, mas falta ainda o clima apropriado.

Sem investimentos estrangeiros, o Brasil vai estar diante do seguinte dilema: ou crescer com poupança interna (onde reclusos os recursos do FND — Fundo Nacional de Desenvolvimento) ou com endividamento externo. No primeiro caso todos sabem que os recursos disponíveis são insuficientes para gerar um PIB (Produto Interno Bruto) nas dimensões do desejado, de 4% a 6% ao ano. Com relação à segunda alternativa, "já vimos o que ocorreu anteriormente", diz o presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, David Benadof.

Para o empresário, que representa grande parte do capital estrangeiro sediado no País, a saída é usar não apenas a poupança ou o endividamento, mas deixar que o Brasil recruta a participação do capital externo de investimento, o que, para ele, pode ser obtido sem grandes problemas. "Não há dúvidas de que o Brasil pode se tornar a opção número 1 para os investidores", ressaltou. Com clima apropriado, destacou Benadof, os US\$ 4 bilhões necessários hoje "entrariam como eletricidade".

— E não falo de utopias — ponderou David Benadof. Ele lembrou que "já trouxemos US\$ 1,3 bilhão por ano até 1982" (esse número foi reduzindo a partir daí, até a cifra de US\$ 100 milhões em 1986). Além de acreditar que 1987 será melhor, Benadof acha que o Plano Cruzado revelou um sinal positivo da nossa economia: as potencialidades do mercado interno e da estrutura industrial avançada de que o País dispõe. Mas para obter esse "clima" será preciso levar alguns aspectos em consideração.

Primeiro, avaliando o quadro interno brasileiro, Benadof acha que, com a liberação dos preços e o retorno à economia de mercado, um passo importante foi dado. "Mas essa ação deve estar embutida dentro de um panorama maior, que é o plano econômico nacional", acrescentou. Nesse plano, alguns pontos de destaque. Segundo Benadof, a meta de reduzir o déficit público é fundamental, quando se fala em crescimento com investimentos externos. Aí, se o governo cumprir sua determinação de baixar de 2,9% para 1,7% e depois 1,3% o déficit em relação ao PIB, David Benadof entende que terá sido uma vitória. "A simples estabilização, diante de um PIB crescente, já representaria um avanço", destacou.

De outro lado, a liberação dos preços — "embora permita alguma recuperação da rentabilidade às empresas" — associada às altas taxas no produto final pode levar a uma "caça ao consumidor", uma vez que os preços acabarão (como já ocorre em parte) muito elevados, tornando-se impeditivos ao consumo. Nesse caso, Benadof apresenta duas saídas: elaborar uma política de preços livres, associada a uma revisão na carga tributária sobre o produto final e/ou mantendo o poder de compra do assalariado/consumidor. Nesse caso, observa Benadof, qualquer terapia recessiva está condenada.

O segundo aspecto a se considerar para obtenção do clima favorável é que esse parque industrial, que se mostrou ativo e moderno durante o boom do Cruzado, precisa ir adiante. Precisa crescer mais, avançar tecnologicamente. "Aí que os investimentos em tecnologia aparecem como fundamentais", salientou Benadof. E fica, nesse momento, impossível não avaliar o papel exercido pelas reservas de mercado em geral, e pela de informática, em particular, segundo observou.

Benadof adianta que não é simplesmente contra a lei. Ao contrário, defende uma regulamentação clara e de longo prazo para o setor. Mas não esconde que ela retardou a manutenção desse parque industrial em patamares mais elevados e necessários. "Contudo — acrescentou — acho que essa questão está aos poucos se acertando. E acredito — prosseguiu — que poderemos

chegar a bons níveis de negociação entre Brasil e EUA nessa área."

Todos esses fatores citados que se conjugam dentro do plano econômico do governo apresentado pelo ministro Dilson Funaro, da Fazenda, estão amarrados ao desfecho da negociação externa. "Esse resultado será fundamental para dar início prático a qualquer plano econômico, pois não podemos nos isolar totalmente dos bancos", observou Benadof. "Acho que o Brasil merece uma fórmula que permita atender a certas condições básicas, entre elas, o crescimento econômico", disse. Mesmo porque o presidente da Câmara Americana é bem realista nesse ponto: "Não sei se o Brasil deveria ou não pagar os US\$ 12 bilhões por ano. Fato é que não pode pagar isso, quando se baseia numa política que ainda prevê um crescimento adicional", ponderou.

Agora, segundo Benadof, isso também não significa dizer que é impossível pagar "alguma coisa". Nesse sentido, o empresário tem uma visão clara: "O Brasil nunca disse que não pagaria sua dívida", salientou. E está nesse "alguma coisa" o ponto de equilíbrio para as negociações entre o Brasil e os bancos. "Porque uma situação de radicalização de ambos os lados não levaria a lugar algum", frisou Benadof.

Ele entende que a saída para qualquer impasse está na negociação. Benadof acredita, porém que tenha havido ainda um impasse. Mas também não acha que as negociações de fato tenham começado: "O Brasil e os bancos estão consolidando suas posições", disse, evitando uma avaliação mais precisa do quadro atual. Contudo deu indicações importantes: "É preciso esperar mais um pouco. Por enquanto, não temos resultados efetivos. Até agora cada lado está tentando fortalecer suas bases para então dar início às negociações", afirmou.

De um lado, destaca Benadof, a radicalização não interessa aos bancos credores, que precisam do crescimento do Brasil para que este possa saldar seus débitos. Na outra ponta, o Brasil não pode se isolar, pois precisa reativar suas linhas externas de crédito à exportação, se quiser cumprir suas metas para o superávit, contidas no plano econômico do governo.

Além disso, para implementar as exportações, o Brasil precisa de um parque moderno e competitivo. E competição significa, no mundo moderno, tecnologia avançada (high-tec). Neste ponto, Benadof volta a falar em investimentos estrangeiros, reserva de mercado, Constituinte. Porque acerta a dívida lá fora favoravelmente da apresentação aos credores e à sociedade brasileira, dependerá do plano em funcionamento.

Para se conseguir isso o crescimento é a base e o investimento sua mola propulsora. "Mostrando esse crescimento, um controle interno do déficit, um sistema de livre-economia e um parque moderno, acho que o Brasil se apresenta como a primeira opção para os investidores estrangeiros", destacou Benadof. "Porque temos um mercado interno mais forte e uma infra-estrutura mais adequada que a Coreia ou Taiwan, por exemplo", afirmou. E acrescentou: "Precisamos apenas de regras simples, de longo prazo, para dar segurança ao capital estrangeiro". Mundaças das regras do jogo, no meio do caminho, despertam os receios já verificadas com as reservas de mercado, fantasma maior para assustar o capital internacional.

Para essa questão, David Benadof tem uma proposta: aprimorando da lei das joint-ventures (parceria empresarial). "Há uma preocupação de que o Brasil se isole na área de high-tec, porque existe uma lei de informática que não permite a A, B, C, ou D de entrar aqui e ali, exemplificou Benadof. "Muito bem: e essa lei fosse clara e definida, como acho que está a caminho de ser, então as regras se-

riam mais seguras", enfatizou o empresário.

NO caso específico da joint-ventures, David Benadof explica sua opção por essa via: "Acredito que o Brasil tem uma boa estrutura industrial nacional privada. Concordo com o presidente Sarney, em que ela deveria ser o "carro-chefe" da economia. E com a joint-venture o capital estrangeiro entraria no País como sempre fez, como uma espécie de amálgama com o capital nacional. Acho bom para ambos e muito atrativo, especialmente, para alta-tecnologia".

O presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil salienta: ainda existem dificuldades nessa área, que vão desde a exclusão do direito a voto do capital estrangeiro minoritário, até a impossibilidade da propriedade intelectual (copyright). Por isso, Benadof entende que a Constituinte deveria atentar para esses temas, fornecendo regras seguras e de longo prazo. "Acho mesmo que a Constituinte deve deixar claro quais áreas são ou não prioritárias, para que os investidores não hesitem em fazer suas opções e permaneçam nelas", destacou o empresário.

David Benadof acha essa posição melhor do que, num dado momento, de ficar atrás do investidor. Paralelamente, Benadof não acredita que a Constituinte esteja sendo um entrave para a renegociação da dívida. No máximo, estaria gerando um "compasso de espera", para aqueles que aguardam as regras definidas para então investir. "Numa Constituinte democrática, todos devem dizer o que têm a dizer. E muitas vezes um extremo ou outro apresentam propostas que podem espantar algumas pessoas. Mas, até que essas propostas se tornem lei é outra coisa."

Mesmo por que Benadof não avista riscos à existência da iniciativa privada na Constituinte. E tem dito isso aos amigos empresários daqui e de lá de fora. É por isso que o presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil insiste em que é possível aparar essas arestas todas, dando um contorno favorável para a economia brasileira, seja no plano interno — promovendo a iniciativa privada e uma economia livre — e externamente acertando os ponteiros, favoravelmente, com os credores.

Sergio Leopoldo Rodrigues